

Integração latino-americana na educação sob o contexto da pandemia

Colóquio 2 do CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais) realizado na 40ª reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em 16 de julho de 2021.

Bianka de Jesus

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana do Centro de Educação e Humanidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará-UFC, 2015, membro do grupo de pesquisa Educação, Trabalho, Economia Global e Sustentabilidade (ETEGS), licenciada em Docência do Ensino Fundamental e Médio pela Universidade Cândido Mendes. bjdoutoranda49@gmail.com ORCID 0000-0002-1251-0329.

Esta resenha foi elaborada para sintetizar alguns aspectos do Colóquio 2 do CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais) e que guardam uma unidade com a pesquisa desenvolvida pela autora como tese doutoral intitulada *A dialética do trabalho alienado e o trabalho criativo na Educação sob a Crise Orgânica do Capital: uma contribuição à crítica da avaliação educacional*.

A tese parte da hipótese teórica de que a incompreensão e aplicação não dialética dos conceitos trabalho alienado e trabalho criativo nas teorias de avaliação educacionais dominantes impedem e distorcem a análise dessas contradições essenciais da Educação, entre seus meios e fins, impossibilitando a compreensão histórica e problematizante contidas nas mesmas, que se acentuam sob o avanço da crise orgânica do capital (Bevilaqua, 2017), que se expressa na Economia, como crise do Valor, na Ciência como crise de paradigma e na Educação como crise pedagógica (IDEM, 2017). Essas expressões da crise ficaram em maior evidência diante do desafio surgido diante da eclosão da pandemia do novo coronavírus a partir de 2020 (KAUFMAN & LEIGH, 2020). O enlace entre o tema da tese, a pandemia, a disciplina e a problemática da educação terá como um dos recortes a síntese das discussões do Colóquio 2 do (CLACSO)¹ durante uma das atividades relacionadas com a 40ª reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)², realizada em 16 de julho de 2021, com a coordenação da Professora Dalila Andrade Oliveira – UFMG/UFPB, com referências da Educação latino-americana e brasileira, como Marcia Gurgel –

1 O Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) é uma instituição internacional não governamental, fundada em 1967, que mantém relações formais de consulta com a UNESCO. Atualmente reúne um total de 320 centros de pesquisa e mais de 600 programas de pós-graduação em Ciências Sociais (mestrado e doutorado), com base em 25 países da América Latina e Caribe, EUA e Europa. Os objetivos do Conselho são a promoção e o desenvolvimento da pesquisa e do ensino das Ciências Sociais, bem como o fortalecimento do intercâmbio e da cooperação entre instituições e pesquisadores dentro e fora da região.

2 A ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - é uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área. Ela tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social.

secretária-adjunta de Educação Rio Grande do Norte, Pablo Gentili – professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH-UERJ) e secretário de Cooperação Educativa e Ações Prioritárias, do Ministério de Educação da Argentina; Etelvina Sandoval – comissionada presidenta da Comissão Nacional para o Melhoramento Contínuo da Educação do Governo do México e Ricardo Cuenca – do Centro de Estudos Peruanos, ex-ministro da Educação do Peru. Os participantes debateram pontos candentes, a partir de suas experiências, em uma reflexão e chamada à ação diante dos principais desafios da pandemia, elemento agudizador das desigualdades nos países e na América Latina, como um todo, bem como destacaram as respostas das gestões públicas no caso do México, Argentina e Peru; as atuações do governo do estado do Rio Grande do Norte, no Brasil, em contraponto com a indiferença criminosa do governo federal de Jair Bolsonaro (PL).

A experiência do México

Sandoval avaliou que em 2018 o governo mexicano já havia realizado uma reforma, no artigo 3º da Constituição, a fim de colocar a educação como prioridade, como um direito, cujo exercício é necessário para alcançar o bem-estar, e que a equidade como centro na educação é o caminho para alcançar a melhora contínua de uma educação pública para todos. A gestão criou uma comissão composta de vários sujeitos sociais a fim de enfrentar os desafios que se colocaram com a pandemia, além dos vários anteriormente encontrados. Com o impacto da SARS-COV, cerca de 37 milhões de estudantes ficaram fora das 260 mil escolas existentes no país e diante do encerramento das aulas presenciais e da premente necessidade de ensino remoto, a Secretaria de Educação pública montou uma estratégia para manter a educação à distância que foi além das aulas remotas, com auxílio de TV, rádio, a digitalização de textos gratuitos para todos os estudantes da educação primária e secundária. Sandoval destacou em sua participação no colóquio o engajamento dos professores e professoras mexicanos, que criaram formas criativas e inéditas para acompanhar os estudantes e evitar a desconexão entre o corpo discente e o corpo docente. Ainda assim, 68,8% dos docentes informaram sobre a dificuldade de manterem a atenção dos estudantes com condições de vulnerabilidade apesar das iniciativas. Assim, 59,5% dos profissionais indicaram inconvenientes para brindar retroalimentação aos estudantes; 58,1% encontrou contratempos para as famílias implementarem o ensino remoto e 54,9% relatou a complexidade de prestar apoio emocional aos estudantes. Como parte de uma agenda política educativa, a gestora destacou medidas para recuperar as lições aprendidas durante este período desafiador em que as comunidades elaboraram propostas que podem ser reutilizadas para prevenir e afrontar outras situações de emergências e, para isso, defende o fortalecimento e a ampliação da organização coletiva com a realização de diagnósticos e os efeitos da contingência sanitária na educação; o desenvolvimento de protocolos de emergência para prevenir e reduzir ameaças; o avanço rumo a um sistema de governança que privilegie a aproximação da gestão escolar e das comunidades, o fortalecimento de estratégias de ação e inclusão social, a construção de uma equidade educativa, e a

atenção à diversidade, com a promoção de financiamento público, articulação entre saúde, educação e bem-estar, além da transformação do currículo para que este abarque os desafios da construção de uma sociedade plural e diversa, com a necessária educação contínua dos docentes, a partir de um enfoque situado e colaborativo.

Rio Grande do Norte enfrentou os desafios apesar do silêncio do governo federal

A secretária-adjunta de Educação Rio Grande do Norte, Marcia Gurgel destacou as medidas tomadas pelo governo no campo educacional em relação à pandemia e criticou a ausência de uma coordenação articuladora nacional que permitisse aos estados brasileiros enfrentar as inquietudes vivenciadas na educação nacional, quando o que se viu mesmo antes da pandemia foram as necessárias reformas paralisadas, a descontinuidade de programas educacionais, a precariedade de estrutura para a acessibilidade, como o exemplo da internet na escola, que não existia em todas as localidades e representou um obstáculo para a comunicação tornando-se um dos grandes desafios. A secretária destacou que os gestores enfrentaram essas dificuldades para efetivar uma educação que garantisse aos estudantes suas atividades escolares mesmo à distância, e para isso foi implementada uma reorganização curricular e iniciado um processo de organização de plataformas de acesso a esse ensino remoto. A pressão do movimento social foi fundamental para que a reinvenção do fazer pedagógico não ampliasse as desigualdades além das existentes. Em algumas redes de ensino foram reveladas sem disfarces severas precariedades em suas estruturas, nas condições de trabalho dos profissionais, agudizadas em parte pela falta de financiamento do Ministério da Educação (MEC) aos estados diante da crise sanitária e humanitária aprofundada pela pandemia em todo país. A governança no Rio Grande do Norte, em termos da Educação, segundo Gurgel, focou-se principalmente em salvar vidas, implementando a paralisação das aulas presenciais como medida de segurança sanitária aos profissionais e estudantes, além de fortalecer os meios para esse ensino remoto, com o uso da internet, utilização de TV, rádio, distribuição de livros didáticos, em uma ação que obteve o apoio dos governos do Nordeste, através do Consórcio Nordeste, com acessibilidade à internet, com a formação dos profissionais, em uma articulação entre os estados com diversos setores. Uma questão que mereceu destaque da gestora foi como enfrentar as demandas nos estados, diante das ameaças oriundas do governo Bolsonaro na educação, ao ameaçar, por exemplo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Gurgel reforçou a crítica ao MEC que não tratou o momento em sua especificidade e gravidade, não apresentando sinalização para a implementação de programas de recuperação das aprendizagens afetadas durante esse período.

A governança na América Latina na perspectiva de Gentili

Gentili elencou três questões fundamentais que atravessaram toda a América Latina apesar da ressalva de que as experiências do Peru, do México e da Argentina

divergiram fundamentalmente, da experiência do Brasil sob o governo antidemocrático de Jair Bolsonaro, em sua indiferença genocida diante da pandemia, particularmente na educação, em um momento que o mundo reconheceu como excepcional e, em termos teóricos, constituiu-se em um estado de exceção educacional em todos os países.

O momento iniciado em março de 2020 com a pandemia e o início do ano escolar pode ser considerado inédito na educação moderna, com mais de 90% das escolas com portas fechadas e cerca de 95% dos estudantes levados a darem continuidade à aprendizagem em termos virtuais, ou com formas híbridas de organização da atividade escolar cotidiana. Em alguns países sem oportunidades educacionais uma parcela destes alunos foi definitivamente excluída de qualquer oportunidade de educação. Um olhar para a educação latino-americana revela um momento de extraordinária excepcionalidade e de exceção à medida que os estados passaram a administrar a institucionalidade das escolas como nunca haviam realizado, da mesma forma mais de 95% dos profissionais de educação desempenharam seu trabalho profissional como nunca haviam feito.

Diante disso, Gentili destacou três processos produzidos no mundo e particularmente na América Latina. O primeiro foi que a pandemia acelerou e aprofundou todos os problemas pré-existentes nos países, particularmente na região, que possui algumas das sociedades e sistemas educacionais mais desiguais do mundo. Na Argentina, no 99º dia do novo governo de Alberto Fernández, adveio a pandemia e o país viu-se diante da necessidade oferecer resposta à ameaça em um país que sofreu quatro anos de abandono em suas políticas educacionais, após 14 anos de ampliação de direitos em todos os níveis da educação, com projetos inovadores, durante os governos de Néstor e Cristina Kirchner (2003-2014). Todavia, no governo neoliberal de Mauricio Macri (2015-2019), em apenas uma gestão, foi iniciada a derrocada acelerada desses avanços através da falta de financiamento e da fragilidade do sistema federalizado de ensino. Dessa forma, mesmo antes da pandemia a tarefa primeira do novo governo era o resgate do caráter orientador, normativo, gestor de um sistema educacional que foi deixado em ruínas, em que os índices de pobreza e de marginalidade aumentaram como jamais visto na história democrática do país, com mais de 47% das crianças e jovens relegados a uma vida abaixo da linha de pobreza ou de extrema pobreza. A política nacional da Argentina levou a cabo medidas contra as desigualdades pré-existentes para que estas não marcassem as trajetórias educacionais dos estudantes de setores populares. Uma vez que o contexto epidêmico, diante da enorme dificuldade para dar continuidade ao seu processo educacional fora da escola, para além da brecha digital, aprofundou o abismo que separa as oportunidades das crianças dos setores populares, de setores médios e das famílias mais ricas.

Outra dimensão das dificuldades enfrentadas por esses alunos é a da obtenção de apoio dentro de suas estruturas familiares para dar continuidade aos estudos, apesar dos esforços de nossos governos democráticos, como fez México, com Obrador; Peru, durante a gestão de Ricardo Cuenca e Argentina, com Fernández, através de um arsenal de políticas e ações para a educação em casa. De acordo com o educador não se pode deixar de reconhecer uma questão estudada na sociologia e na política de educação e que refere-se às condições familiares diferenciadas e que, portanto, apesar dos enormes

esforços dos nossos estados, as desigualdades traduzem-se também em diferentes formas da apropriação dessa política pública da educação remota. Há que se reconhecer que mesmo com as medidas para mitigar a crise, os sistemas educacionais constituíram-se mais injustos do que antes da pandemia, apesar dos esforços no México, Peru, no Rio Grande do Norte, no Brasil e na Argentina. A análise de Gentili aproxima-se do que é tratado na tese, uma vez que a crise é na estrutura do sistema e que medidas conjunturais aliviam a carga da fissura educacional, mas são insuficientes para tratar o problema na raiz.

No Brasil, a crise foi ampliada pela indiferença do governo federal que menosprezou a pandemia do novo coronavírus em seu pronunciamento nacional e a imprensa por terem como “carro-chefe o pavor devido ao grande número de casos na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso” (BOLSONARO, 2022). E tal qual como um “*idiôtes*” declarou-se contra o *lockdown*, o fechamento de escolas e outras medidas para evitar o contágio do vírus. A imprensa não perdoou e no dia seguinte foi manchete em vários veículos de imprensa sua frase: “no meu caso em particular, caso fosse acometido pelo coronavírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria quando muito acometido de uma ‘gripezinha’ ou ‘resfriadinho” (Martins, 2020).

Segundo Gentili, a irresponsabilidade criminosa de suas palavras, a falta de vacinas, a desatenção aos estados gerou um processo de desestabilização não apenas no setor sanitário, mas também na esfera política, econômica e social que marcará o desenvolvimento para as próximas décadas.

O segundo ponto destacado por Gentili é que a pandemia revelou a crise de governança na educação, trazendo luz a uma estrutura federal que já estava em crise, pois estrutura-se em sistemas administrativos autoritários, meritocráticos, em que os estados com mais recursos ‘salvam-se’ enquanto os demais enfrentam maiores dificuldades, com a falta de políticas públicas para as coordenações regionais. Um exemplo citado pelo educador é a crise do papel do Ministério da Educação no Brasil, na gestão do Bolsonaro, que destaca, entretanto, que a crise educacional também vigora nos países sob governos democráticos. Nesse sentido, urge a necessidade de construção de uma nova gestão pública da educação que consiga construir um papel reitor de condução do processo educativo em uma unidade dialética a partir do ente federal e os estados.

Outro ponto apresentado por Gentili no colóquio refere-se à denúncia do aprofundamento e desenvolvimento de novas formas da privatização da educação no contexto da pandemia, pois embora os processos de privatização não sejam recentes e estejam de acordo com a política neoliberal que assolou os países há décadas, com a pandemia esse danoso processo se instala em uma rapidez anteriormente inimaginável e sob a cortina de fumaça da tragédia sanitária. Com a pandemia, cresce o acesso dos monopólios tecnológicos e sua intervenção nos sistemas educacionais, como facilitadores da acessibilidade e da produção de conteúdos digitais. Essas indústrias de educação tecnológica colocam para todos o enorme desafio de lutar pelos direitos da educação e pela reconstrução de sistemas educacionais mais justos e igualitários em um contexto ainda marcado por enormes incertezas e desafios. A consideração final do participante destacou a necessidade histórica da integração latino-americana, intensificada pela

crise sanitária e humanitária da pandemia, no combate às desigualdades dos sistemas educacionais na região.

A técnica subsumida à política no Peru

O educador peruano Ricardo Cuenca destacou dois exemplos de desafios para a governança nos tempos pandêmicos, o primeiro ponto destacado por ele é a impossibilidade de governar sem vincular-se ao outro, pois é preponderante à democracia cotidiana, o debate conjunto, ouvir e aprender com as experiências das comunidades. No país andino, apesar da oposição enfrentada pelo novo governo no Congresso da República, foi alcançado o objetivo de aprovar uma nova lei para o Ministério da Educação e esse diálogo entre governo e oposição contribuiu para a implementação de medidas protetivas na emergência da crise sanitária advinda com a pandemia de uma forma em geral e na educação em especial.

O que leva ao segundo ponto em destaque que foi a regulamentação da educação privada no país. Essas duas medidas forjaram um vínculo com os governos diferentes em defesa da educação no país, principalmente, a educação pública, o que significou um suporte aos estudantes, professores e gestores desse setor, considerado fundamental diante do impacto da pandemia no país. Cuenca defendeu que apesar da utilização de meios técnicos, estes foram subsumidos a uma perspectiva política. As decisões de 2021 em relação à educação representaram o compromisso de um sistema que analisa a viabilidade do retorno controlado às aulas presenciais que leva em conta as condições sanitárias; um olhar atento às desigualdades, ainda maiores nas zonas rurais, onde foi implementada uma campanha de vacinação precoce dos docentes. Além de medidas como a redução da carga de trabalho destes profissionais.

Em sua reflexão final, Cuenca destacou o fato da pandemia ter revelado o fracasso das políticas neoliberais, que mesmo que continuem existindo, perderam totalmente a legitimidade, como afirmou, citando Nancy Frase (JUNQUEIRA E BRESSIANI, 2020). O educador frisou a necessidade da ressignificação do que se compreende como qualidade educativa.

A síntese das proposições levantadas no colóquio CLACSO-ANPEd revelou momentos da perda da eficácia dos paradigmas da educação e da ciência sob a Crise Orgânica do Capital, em que tais modelos distanciam-se da práxis social, perdem a eficácia ou até mesmo negam “a criação científica”, derivando em uma crise sem precedentes na educação que não se resolve apenas com a injeção de medidas aparentemente superiores, mas que não atingem o cerne da crise do atual modo de produção social, longe disso, ampliam a crise quando “colocam mais pessoas para aprender tais paradigmas ultrapassados” (BEVILAQUA, 2011).

As reflexões do colóquio 2 sobre a pandemia revelaram a crise pré-existente na educação, o seu aprofundamento após a migração do ensino presencial ao ensino remoto, uma das medidas sanitárias indicadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como parte da prevenção ao contágio com o vírus, e que passou a exigir desafios – aos estados, às escolas, ao corpo docente e ao corpo discente em todo o mundo.

A crise sanitária e humanitária que adveio com a pandemia agudizou a diferenciação entre a educação das elites e a educação das massas, bem como a educação oferecida às elites do denominado primeiro mundo e as demais nações, tornando palpável as fissuras entre essas duas educações, como indicam os debates entre educadores, gestores, e institutos internacionais, como a OEA (Organização dos Estados Americanos), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) e outros. Desta maneira, é possível com dados revelar essa face exposta da crise na educação, nesse momento em que são exigidos desafios ao ensino-aprendizagem. Assim, revela Education Finance Watch 2021, o relatório conjunto do Banco Mundial e da UNESCO em que dois terços dos países de renda baixa e média baixa reduziram seus recursos aplicados na educação pública, essa redução nos países de renda média e média alta atingiu apenas uma em cada três nações (EFW, 2021).

Os dois relatórios EFW anteriores colocaram o investimento por aluno em países de alta renda como sendo de 8.501 dólares estadunidenses enquanto nos países de baixa renda não alcançou os 50 dólares (48). O alarme se dá para o agravamento dessa disparidade advindo com a pandemia, o que torna mais grave o cenário mundial que conta com mais de 773 milhões de jovens e adultos analfabetos, segundo alertou a UNESCO no Dia Internacional da Língua Materna, em 21 de fevereiro de 2021. De acordo com a instituição, o impacto da covid-19 na frequência escolar, após o fechamento das escolas, situação que agudizou as dificuldades para os mais vulneráveis, contribuiu para perpetuar o ciclo da pobreza.

A crise na educação advém da crise estrutural do sistema capitalista, apesar de explicações ideológicas e subjetivas que tentam escamotear a relação dialética entre esta crise nos processos educacionais e as crises na ciência e na economia. Destarte outra contradição emerge das precárias condições socioeconômicas que incidem sobre o corpo docente e a infraestrutura da Escola Pública, levando a um debate por mais investimentos no setor ao lado da necessidade de promover o interesse e capacidade dos alunos. Apesar da justeza de tais reivindicações, elas atribuem a crise educacional a fatores externos, sem investigar no interior da própria educação sua autonegação: conteúdo pedagógico dissociado da realidade social.

Uma das explicações da teoria da Crise Orgânica do Capital para a crise na educação é que enquanto é exigido que a educação seja responsável pela difusão, através de conteúdo a ser levado para a sala de aula, de um “nova base técnica composta de mudanças tecnológicas” que exigem um salto qualitativo na educação e impulsionam a produção na sociedade capitalista, aprofunda-se sua contradição com a base técnica estagnada, o que torna a educação incapaz de atender o que dela exige o sistema.

A revolução de conteúdo implica em uma mudança curricular dentro da educação, porque se você tem teorias que são obsoletas, se estas não forem superadas, há um problema, pois elas estão atrasadas em relação à realidade, pois como a educação e a ciência são muito subjetivas, no campo do pensamento, podem até ir à frente, mas como têm o domínio de classe em torno delas, mas não conseguem fazer sua revolução porque o pensamento dominante não deixa, como a Igreja impediu o desenvolvimento da ciência por muito tempo, como no exemplo da teoria de Copérnico, e mesmo no caso de Galileu

que teve que purgar por isso; são problemas entre a revolução social e a científica, e o que acontece? A educação passa a sofrer essas duas contradições, se a revolução na ciência está em conflito, a educação passa a refletir esse conflito, você terá parte da educação avançada e parte atrasada e isso vai caracterizar justamente a crise da educação.

Todavia, esse *tour de force* entre professores e alunos representado pela iniciativa deste colóquio, é exemplo de uma nova relação entre corpo discente e corpo docente, que não substitui o papel das entidades estudantis e classistas dos professores de pressionarem, com os movimentos sociais, as autoridades governamentais.

A saída é uma revolução educacional. Mas é possível uma revolução educacional sem uma revolução científico-técnica, é possível uma educação na ciência sem uma social? São três elementos em dialética e não uma linearidade nesse movimento, mas todas estão submetidas a uma revolução social. Na ciência, há momentos em que as teorias estão à frente da prática, mas não é porque são teorias absurdas, mas porque o pensamento dominante é o pensamento que se mantém dentro de uma lógica científica ultrapassada, como foi o problema de Copérnico e sua teoria sobre o mundo e a teoria dominante de Ptolomeu que tomava conta do pensamento daquela época, foram necessários 250 anos e uma revolução na sociedade para sair daquelas condições sociais para outras, para que assumisse esse processo do Copérnico, isso levou a uma mudança na teoria da ciência, do campo da ciência da cosmologia, da compreensão do universo, então, uma revolução educacional não apenas teórica em relação aos conteúdos, mas uma revolução na sociedade.

Com a pandemia aprofundou-se a divisão entre aqueles que são formados para apenas manipular a tecnologia e os que têm em sua educação elementos que os permitem acessar os fundamentos do processo tecnológico, base da dominação de classe. Estão sendo formados dois tipos de pessoas, as que são adestradas no uso de aplicativos, computadores, mas perdem a noção da cognição, a compreensão daquilo que está sendo feito se descola. Destacam-se, apenas para poucos, escolas experimentais, como a Escola de Düsseldorf, em que se desenvolvem a espiritualidade e as artes; um outro exemplo é educação diferenciada na Finlândia. Sobressai-se um outro nível de divisão de classe na educação no interior dos países ou na diferenciação entre a educação das nações centrais e a da periferia do capitalismo.

Marx quando escreveu as teses sobre a interdisciplinaridade, as teses de que o operário necessitava de uma escola politécnica para se apropriar da tecnologia e transformar isso em instrumento do proletariado de poder sobre a classe dominante, antecipou a cisão que hoje é tão acentuada.

A educação terá que debater sobre a necessidade de uma pedagogia de transição, o convívio entre várias pedagogias que torne as pessoas capazes de lidar com as revoluções tecnológicas contemporâneas. Essa concepção deve contemplar uma pedagogia onilateral, politécnica e interdisciplinar.

As experiências apresentadas trouxeram resultados positivos em alguns aspectos, como a impressão de textos e material pedagógico para alunos sem acesso a equipamentos e internet, mas a gravidade da crise, aprofundada pela pandemia, exige uma verdadeira revolução educacional.

Um exemplo desse caminho de transição são encontros como o Colóquio 2 do CLACSO, com experiências diversas, com objetivos de que a educação cumpra seu desiderato histórico e não se limite a adestrar as novas gerações a serem submissas ao “lugar” de classe. A presente resenha pretendeu contribuir com as experiências apresentadas e questões levantadas para a escola que pode se originar desta revolução educacional.

Referências bibliográficas

ANPEd Nacional. Colóquio CLACSO 02 - **Governar a educação em tempos de Pandemia**. Julho, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Sx8LLsVB3A&t=5611s>. Acesso em: 30/01/2022.

BEVILAQUA, Aluisio Pampolha. **Crise do capital em Marx e suas implicações nos paradigmas da Educação: Contribuição ao repensar pedagógico no século XXI**. Rio de Janeiro: Inverta; Fortaleza: Edições UFC; 2011.

_____. **A Crise Orgânica do Capital: o Valor, a Ciência e a Educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2017.

BOLSONARO critica ‘histeria’ com coronavírus: ‘Devemos voltar à normalidade’. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/03/24/interna_politica,1132126/bolsonaro-critica-histeria-com-gripezinha-do-coronavirus.shtml.

BOLSONARO. Pronunciamento Oficial do Presidente da República, Jair Bolsonaro <https://www.youtube.com/watch?v=VWsDcYK4STw>. Acesso em 21/04/2022.

EFW: Observatório das Finanças da Educação 2021 <https://sdg4education2030.org/efw-education-finance-watch-2021>. Acesso em 21/04/2022.

CAMPELLO, Tereza, GENTILI, Pablo, RODRIGUES, Monica, HOEWELL, Gabriel Rizzo. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 3, p. 54-66, novembro 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/xNhwkBN3fBYV9zZgmHpCX9y/?format=pdf>. Acesso em 07/05/2022.

CEPAL: crise por causa de covid-19 será uma das piores do mundo, *América Latina e Caribe sofrerão impactos*. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/cepal-crise-por-causa-de-covid-19-sera-uma-das-piores-do-mundo>. Acesso em 21/04/2022.

JUNQUEIRA, Nadia Ribeiro; BRESSIANI, Nathalie. **CAPITALISMO EM DEBATE: Nancy Fraser: “O Neoliberalismo não se legitima”**. 2020. Diplomatieque Brasil. Disponível em: <https://diplomatieque.org.br/nancy-fraser-o-neoliberalismo-nao-se-legitima-mais/>. Acesso em 03/02/2022.

KAUFMAN, Martin e LEIGH, Daniel. Os desequilíbrios da economia mundial e a crise da COVID-19. Disponível em <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2020/08/04/blog-global-rebalancing-and-the-covid19-crisis>. Acesso em 21/04/2022.

MARTINS, Humberto. Bolsonaro critica 'histeria' com coronavírus: 'Devemos voltar à normalidade'. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/03/24/interna_politica,1132126/bolsonaro-critica-histeria-com-gripezinha-do-coronavirus.shtml. Acesso em 21/04/2022.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavirus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, vol. 10, 2000. Disponível em <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463>. Acesso em 07/05/2022.

Recebido em 22 de abril de 2022 e aprovado em 12 de maio de 2022.